

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes informando o contato dos Conselhos Tutelares nos estabelecimentos de ensino público e privados.

Autor: Deputado JOSÉ NELTO

Relatora: Deputada MARIA ROSAS

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise (PL nº 66, de 2022), de autoria do nobre Deputado José Nelto, dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes informando o contato dos Conselhos Tutelares nos estabelecimentos de ensino público e privados.

Submetida à apreciação conclusiva das Comissões, conforme o art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a iniciativa foi distribuída à Comissão de Educação para a análise do mérito, assim como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esgotados os prazos regimentais, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão de Educação.

É o relatório.



II - VOTO DA RELATORA

A proposição em exame tem objetivo simples: afixação, em local visível e de fácil acesso, do contato do conselho tutelar daquela localidade.

Trata-se de medida meritória, que visa proteger os interesses do corpo discente dos estabelecimentos públicos e privados, mais especificamente dos alunos da educação básica em função do corte etário.

Nos termos do art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.990, de 1990), o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no arcabouço jurídico nacional.

Cabe, assim, ao Conselho Tutelar, por meio do diálogo e da interação com os demais agentes e autoridades integrantes do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, garantir o atendimento a esse público quando há violação de seus direitos e urgência na oferta de serviços públicos essenciais, além de proteção contra toda sorte de violências. Disponibilizar o fácil acesso aos contatos dos conselhos tutelares nas escolas consiste em medida adicional de proteção à criança e ao adolescente.

Assim, no que diz respeito ao mérito, somos plenamente favoráveis à matéria, mas entendemos ser pertinente um aperfeiçoamento técnico no projeto de lei. A proposta estará mais bem posicionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserida entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Diante do exposto, nosso voto é favorável ao projeto de Lei nº 66, de 2022, na forma do substitutivo em anexo.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 66, DE 2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes informando o contato dos Conselhos Tutelares nos estabelecimentos de ensino público e privados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.....

.....

XII – afixar, em local visível e de fácil acesso, cartaz com o contato do conselho tutelar local.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora

